

AGLOMERADO SANTA LÚCIA – PARA ALÉM DO HORIZONTE PLANEJADO

**Representações do trabalho feminino nas histórias de vida de mulheres da
periferia**

Josemeire Alves Pereira

Programa de Aprimoramento Discente – PAD/2002 **História**
Orientadora: Maria Eliza Linhares Borges

Índice

I - Agradecimentos.....	pág. 02
II - Apresentação	pág. 03
1. Fontes	
<i>Fontes Oraís</i>	pág. 06
<i>O Livro do Tombo da Paróquia Nossa Senhora do Morro</i>	pág. 10
2. O Aglomerado Santa Lúcia.....	pág. 12
<i>Identidade e Memória Coletiva: o existir da favela na cidade pela voz do feminino</i>	pág. 15
3. As mulheres.....	pág. 22
<i>Quadro 1- Identidade</i>	pág. 23
<i>Quadro 2- Trabalho</i>	pág. 24
4. Representações do trabalho feminino.....	pág. 25
5. Conclusões: apontamentos.....	pág. 43
6. Fontes e Bibliografia	
<i>Fontes</i>	pág. 48
Bibliografia consultada....	pág. 49
Referências bibliográficas.....	pág. 50

Agradecimentos

Registro meus agradecimentos ao Grupo do Beco pela disponibilização de material tão precioso para o conhecimento da experiência histórica de uma comunidade de favelas; à comunidade do Aglomerado Santa Lúcia pela riqueza das vivências; à Professora Maria Eliza Linhares Borges pelo profissionalismo e pela sensibilidade manifestas durante o processo de orientação; à Paróquia Nossa Senhora do Morro. Em especial quero tornar público meu profundo respeito e admiração por cada uma das mulheres de cujas histórias de vida trato neste trabalho.

Apresentação

Este trabalho pretende analisar a relação entre as representações do trabalho feminino, específicas e produzidas por meio dos relatos de histórias de vida das mulheres do Aglomerado Santa Lúcia e o que eu considero o principal contexto de produção destas representações: o próprio Aglomerado Sta. Lúcia, sua história e as vivências específicas que ele encerra.

Inicialmente, a escolha do objeto deste estudo foi a *favela*, percebido como espaço por excelência do não acontecer pleno da cidadania. A este respeito, Maria Auxiliadora Faria refere-se a uma Belo Horizonte cujo espaço físico é instituído com a forte e contínua interferência do Estado que, segundo ela, alia dominação com exploração deste espaço e, em determinado momento, configura-se como parte da “classe dominante”, e não apenas como instrumento desta. Assim, instaura-se na cidade, desde sua fundação, uma política social segregacionista, que sofre, contudo a interferência dos movimentos sociais, desde as décadas de 20 e 30 do século XX. A ação, mesmo quando incipiente, desses movimentos é o que, em dadas circunstâncias e associada aos interesses políticos do Estado, em determinados períodos da história da cidade, culmina na inclusão de espaços tidos inicialmente como não aceitáveis para o modelo de cidade-espetáculo.¹

1. FARIA, Maria Auxiliadora. *Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política (uma abordagem histórica)*: “Esta parcela da elite mineira projetou no espaço urbano suas raízes sociais, tornando lógico o princípio da segregação físico-espacial e imprimindo à cidade que se construía, não o critério da participação e do uso, mas do “espetáculo”.

Interessava-me, especialmente, a relação da memória da favela com o todo da cidade de Belo Horizonte, cujo planejamento e execução inicial – como sugere Faria – não contemplavam a inclusão desse tipo de espaço, que passou, contudo a explicitar-se na sociedade, com conseqüências mais expressivas, nas décadas de 1940 e 1950, notadamente sob a influência do chamado êxodo rural. Ressalto aqui, a abordagem desta autora a respeito da ação “controladora” do Estado sobre este tipo de espaço. Esta ação varia, de acordo com as mudanças sociais ocorridas ao longo do tempo, em Belo Horizonte. Se num primeiro período, que corresponde aos primórdios da existência concreta da capital até a década de 1930, eram as vilas operárias e bairros como o da Floresta e o de Santa Teresa, dentre outros, que representavam configurações sociais não adequadas à planta original da cidade; a partir da década de 1940, começam a surgir as favelas como conseqüência do crescimento da cidade, que fugia ao controle da administração, e agravava os problemas sociais. Tanto num caso, quanto no outro o Estado agiu, ora com maior flexibilidade frente à atuação da sociedade organizada, ora de forma autoritária, mas sempre buscando ajustar a ordem social de acordo com os interesses deste Estado, tomado por Faria não como representante – como mencionado – mas como partícipe dos setores dominantes da sociedade. Isto equívale a dizer que, durante muito tempo, a cidade de Belo Horizonte não foi planejada nem administrada sob princípios democráticos e, que, para significativa parcela de sua população, participar da cidadania política não basta para ter garantidos, efetivamente, os direitos de cidadania plena.

Tendo em vista, portanto, a relevância da instituição da favela como sujeito da conquista destes direitos, e a partir do contato com as fontes, voltei a atenção para algo que me pareceu original: produção de uma memória coletiva do local, por meio do discurso feminino, tendo como protagonistas os próprios moradores do Aglomerado.

A partir daí optei por fazer o recorte sobre das representações do trabalho que aparecem neste discurso, por destacarem-se como tema recorrente nas entrevistas utilizadas. Procurei entender, então, a relação entre este tema tão incidente na fala das mulheres e a comunidade sobre a qual, na verdade, estava sendo produzida uma memória coletiva, arregimentada, em primeira instância, neste discurso.

Fontes

Fontes Orais

Tratarei, aqui, da natureza das principais fontes com as quais lido. Trabalho com 15 entrevistas feitas com mulheres do Aglomerado Santa Lúcia, nos meses de janeiro e fevereiro de 2002, por um grupo de teatro da comunidade (Grupo do Beco), como parte de um Projeto denominado “Mãos de Mulher”, tendo este sido aprovado pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura tomando por objetivo abordar a história do Aglomerado Santa Lúcia, a partir do ponto de vistas das mulheres. As entrevistas serviram de matéria para a produção do espetáculo teatral “*Bendita a voz entre as mulheres*”, que circula na cidade desde Março de 2003, privilegiando espectadores de outras regiões de favela de Belo Horizonte.

Este material apresenta uma peculiaridade: é parte de um processo de construção de identidade de um grupo social. Mediante a omissão do poder público em reconhecer aquele lugar – a favela – como digno de figurar como parte da memória da cidade, os próprios moradores articulam-se como sujeitos da produção da própria memória coletiva, tendo por objetivo o reconhecimento do poder de participação daquela coletividade na vida da cidade. Fazem isto, ademais, ancorados na consciência de um direito à cidadania.²

2. Remeto-me, neste ponto, à entrevista com *Nilton César da Silva*, quando faz referência à intenção do Grupo do Beco, de, com as entrevistas e com o Projeto Mãos de Mulher, produzir, via linguagem artística, um canal de interlocução com a cidade, reconhecendo a comunidade como grupo de cidadãos.

A escolha destas fontes principais foi balizada, num primeiro momento, pela constatação de uma escassez de fontes bibliográficas a respeito³, especificamente da memória das favelas de Belo Horizonte, bem como da memória das mulheres moradoras de favela da cidade. Neste sentido, como indica Guita Debret⁴, as fontes orais adequavam-se melhor ao estudo de uma realidade sobre a qual se conhece tão pouco.

Entretanto, como já sugeri anteriormente, a especificidade desta fonte é o motivo principal que norteou sua escolha. Chamou-me a atenção o fato de que as entrevistas tenham sido produzidas por pessoas moradoras da favela, preocupadas em tratar da memória da comunidade, a partir do olhar das mulheres. A importância dada a estas como agentes da história vivida naquele lugar, e a escolha do discurso das mesmas como constituinte da memória coletiva foram decisivos para a escolha do recorte que fiz para a pesquisa.

Com o intuito de entender a forma como se deu a produção destas fontes, para melhor lidar criticamente com elas, realizei entrevista com um dos produtores deste material, que é também integrante do Grupo do Beco e empreendedor do Projeto Mãos de Mulher⁵.

3. Busquei nas principais instituições do poder público municipal, dados sobre a história do Aglomerado. No Arquivo Público de Belo Horizonte existe um Projeto denominado “História dos Bairros”, que até o primeiro semestre deste ano não abarcava nenhuma pesquisa sobre regiões de favela. No Museu Histórico Abílio Barreto, que tem por objetivo tratar da memória da cidade, e que localiza-se muito próximo ao Aglomerado Santa Lúcia, também não disponibilizava nenhum registro da história da favela, especificamente. Mais recentemente, em função de um outro trabalho sobre a memória da comunidade, foram encontrados registros referentes ao Aglomerado Santa Lúcia em alguns órgãos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e busca-se estabelecer parceria com alguns destes, no sentido da aquisição de cópias que servirão para compor o acervo do futuro Centro de Memória local.

4. Debret, Guita. *Problemas relativos ao uso de história oral e história de vida*.

5. *Entrevista* com Nilton César da Silva realizada em Outubro de 2002.

Esta entrevista revelou a clara preocupação dos entrevistadores com a produção de uma memória coletiva como instrumento identitário, bem como o entendimento de que uma identidade auto-instituída do Aglomerado Santa Lúcia é, potencialmente, um canal de interlocução com a cidade. O espetáculo produzido a partir das entrevistas traz a expressão disto, concretizando um dos objetivos do grupo. Além disto, o Grupo do Beco doou para o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte um pequeno acervo com cópia das mesmas entrevistas, em Setembro de 2003. Outra iniciativa que evidencia este empenho em constituir uma memória como instrumento de ampliação das relações locais com a sociedade é a criação de um vídeo-documentário, já em fase de edição, em parceria com a EMVÍDEO Produções, partindo também desta matéria oral.

Um outro aspecto destas fontes – e que se apresenta como inerente às fontes orais – é o seu caráter seletivo, que pode ser observado na maneira como a subjetividade das entrevistadas desponta nos relatos: há uma seleção de fatos e modos de relatá-los, com um grau variável de intenção de estar produzindo um discurso sobre si. As mulheres têm, sobretudo, consciência de que aquilo que for dito diante do gravador e/ou da câmara de tv, poderá ser tornado público, e de algum modo determinam o formato deste discurso. Um artifício que permite identificar esta participação específica das mulheres na produção das fontes é o registro que os entrevistadores fazem nas transcrições, sobre ocorrências que variam desde reações das entrevistadas a determinado estímulo, até a queda de um gravador durante uma entrevista ou a fita que acabou.

Não foi utilizado um questionário rígido, porque o intuito dos entrevistadores era possibilitar maior liberdade para as entrevistadas, e poder extrair informações diversas a partir das histórias de vida destas mulheres, que pudessem ser inspiradoras

para a produção artística. Entretanto, foram eleitos alguns temas em torno dos quais as mulheres constroem os relatos: infância, trabalho, relações de amizade, relações familiares, religiosidade, atuação na comunidade, principais problemas, casamento, impressões sobre o lugar, sonhos.

A relação de temporalidade presente neste material fica expressa no fato de que os relatos orais destas mulheres são feitos com base em reflexões sobre o passado, a partir do presente e na projeção de futuro que elas explicitam quando tratam dos sonhos/desejos. As entrevistas foram elaboradas sob orientação da Socióloga Dra. Luciana Teixeira de Andrade, professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, que disponibilizou seu trabalho, de forma voluntária, ao Projeto Mãos de Mulher.

Ademais, lidar com a questão da subjetividade que envolve a leitura destas fontes por parte do pesquisador tem apresentado-se a mim como um desafio – o de, compreendendo a impossibilidade de anular, em nome da existência de um suposto caráter de objetividade científica, a dimensão subjetiva adjacente à matéria oral e à forma de produção da mesma; operar com esta subjetividade de forma a torná-la aliada do processo de interpretação. Este entendimento apóia-se em outro que concebe o objeto da pesquisa histórica – qual seja, a experiência do vivido humano caracterizada no tempo e no espaço, e as produções culturais por ela engendradas ao longo do tempo – como específico, e como tal somente passível de análise a partir de metodologias adequadas ao mesmo. Não desejo insinuar, com isto, uma “apologia” da subjetividade como único critério “específico” da produção do conhecimento histórico. Contudo, entendo que a plausibilidade do saber advindo destas fontes funda-se, em grande medida na tensão entre subjetividade e os possíveis dados de uma *realidade objetiva*.

O livro do Tombo da Paróquia Nossa Senhora do Morro

O Livro do Tombo da Paróquia Nossa Senhora do Morro foi criado em 1987. Trata-se de um documento típico da administração interna de cada Paróquia, destinado especificamente ao registro dos acontecimentos relevantes do cotidiano da mesma. No caso da Paróquia Nossa Senhora do Morro, este documento é, ao que se sabe, um dos poucos escritos – tanto na comunidade quanto fora de dela – que registra, mesmo que de forma sintética, mas com caráter mais ordenado, a trajetória de constituição do Aglomerado Santa Lúcia.

Nas primeiras páginas do Livro é perceptível o interesse do padre que articulou a implantação da Paróquia, em traçar um perfil identitário daquele complexo social, a que os moradores e o próprio padre chamam, então, de *comunidade*. Esta denominação já evidencia um traço desta identidade – a relação com a religiosidade, uma vez que se observa a vinculação do termo denominativo com o vocabulário católico, mais expressivamente. Outra característica – relacionada, contudo, à anterior –, é a relevância dada pelas pessoas que ali vivem, à noção de solidariedade. As relações sociais ali engendradas são permeadas, desde a origem do lugar, por laços de solidariedade, patentes nas relações entre vizinhos e, mais diretamente, entre as mulheres. Voltarei a este aspecto quando estiver tratando da constituição do Aglomerado. Por ora retomo a caracterização do Livro do Tombo.

As quinze primeiras páginas do Livro são dedicadas à descrição geográfica (os limites da futura Paróquia); os depoimentos de antigos moradores acerca da formação do lugar; referências demográficas mínimas; aspectos culturais; a origem dos moradores e a religiosidade.

Outro aspecto importante observado neste documento é um indício da forma como se davam, até fins da década de 80, pelo menos, as relações das autoridades da cidade de Belo Horizonte com a favela⁶. Além disto, registra a participação massiva das mulheres nas pastorais da Igreja Católica, bem como avaliza a informação de que grande parte dos movimentos sociais do Aglomerado é engendrada ou associada à Paróquia Nossa Senhora do Morro. As CEB's – Comunidades Eclesiais de Base, alimentaram, a partir da ação da denominada ala progressista da Igreja Católica, muitos dos chamados novos movimentos sociais no Brasil. Por meio do Livro do Tombo ficamos sabendo que, a Barragem Santa Lúcia, durante as décadas de 1970 e 1980, foi um dos principais núcleos das CEB's em Minas Gerais.

6. Cf. próximo capítulo.

O Aglomerado Santa Lúcia

Trata-se de um conjunto de favelas composto, atualmente por 4 comunidades: Vila Estrela, Barragem Santa Lúcia, Vila Santa Rita de Cássia e Vila Nossa Senhora da Esperança (antigo Bicão, região mais precária quanto à qualidade de vida). Está localizado na região Sul de Belo Horizonte, em meio a bairros de classe média e classe média alta, como Sion, Santo Antônio, Belvedere, São Bento, Vila Paris, São Pedro e Luxemburgo.

A constituição do Aglomerado deu-se, paulatinamente desde o início do século XX, pois que há relatos de moradores que nasceram na Vila Estrela há mais de oitenta anos⁷ e são descendentes de escravos que pertenceram, provavelmente, à antiga Fazenda do Leitão, à qual pertenceu o atual casarão do Museu Histórico Abílio Barreto. Sobre a existência desta fazenda há registros que datam desde pelo menos 1854 (Registro de Terras)⁸. Nos relatos das entrevistadas, bem como nos registros do Livro do Tombo da Paróquia Nossa Senhora do Morro somos informados sobre o aumento do número de habitantes principalmente a partir da década de 1940. A razão desta mudança é o chamado êxodo rural. Pessoas oriundas do interior de Minas Gerais e até de outros Estados buscam, em Belo Horizonte, condições melhores de vida e acabam instalando-se naquela localidade, à época conhecida como a região do “Mendonça”.

7. Relato da Sra. Santa da Silva Ferreira, 86 anos, primogênita da mais antiga família estabelecida na Vila Estrela. Ela nasceu naquela comunidade e afirma ter o seu pai sido escravo de uma antiga fazenda da região.

8. Velhos Horizontes – um ensaio sobre a moradia no Curral Del Rei.

É notável, embora não surpreendente, que das 15 entrevistadas, 10 vieram do interior de Minas, 01 do Espírito Santo e destas 11, todas apontam como razão da vinda para a capital mineira, nomeadamente, a busca de emprego, tratamento de saúde (própria ou de alguém da família) e melhores condições de vida⁹. As outras 3 mulheres nasceram em Belo Horizonte, sendo que duas delas no Aglomerado.

Sobre o povoamento daquela região há ainda uma rápida menção em um documento produzido pelo Museu Histórico Abílio Barreto, versando sobre a moradia no Curral Del Rei. Há ali um indício de que pessoas originárias de outras favelas da região possam ter se instalado na Barragem Santa Lúcia no final dos anos 40:

“O final dos anos 40 foi marcado pelo planejamento de importantes obras. Ressalta-se na região adjacente ao Museu, a construção da barragem Santa Lúcia, nas cabeceiras do Córrego do Leitão, bem como a canalização de seu curso na Av. Prudente de Moraes, no sentido de conter o problema das enchentes na cidade. (...) No decorrer do tempo, no entanto, a abertura desordenada de loteamentos, bem como a política de sucessivas remoções de favelas ao longo do percurso do vale do córrego do Leitão acabaram por conformar o grande complexo da favela Santa Lúcia, assoreando a barragem e agravando, assim, a situação do fundo do vale nas épocas de chuvas.”

(Velhos Horizontes – um ensaio sobre a moradia no Curral Del Rei, pág. 41).

9. Cf. Quadro 1.

Nos relatos de moradores antigos, os primeiros habitantes da Barragem Santa Lúcia teriam sido, na verdade, antigos funcionários de uma Olaria pertencente a uma fazenda, cuja casa sede ainda existe nos limites da Barragem.

Os dados sobre os primeiros anos de formação do Aglomerado, contudo são poucos e esparsos, e destes poucos as fontes mais disponíveis são, certamente os relatos de moradores, que precisam ser recolhidos, contudo.

Identidade e Memória Coletiva: o existir da favela na cidade, pela voz do feminino

Jacques Le Goff, ao tratar da memória coletiva, num ensaio publicado em 1990¹⁰, faz referência ao poder da memória coletiva e da sua efetiva manipulação pelo poder político governamental¹¹. No caso específico do Aglomerado Santa Lúcia, observa-se ocultação da memória local. Esta constatação fica explícita quando se nota a omissão do poder público, durante boa parte da história da cidade, em produzir registros para este tipo de memória. Uma leitura possível deste comportamento em relação à favela, seria a de que o poder público, no caso da cidade de Belo Horizonte, uma vez deparando com a constituição de um tipo de espaço não desejado já desde o projeto inicial da capital mineira, num primeiro momento negligenciou a produção da memória deste espaço e de seus habitantes, o que manifesta, em certa medida, o não entendimento de que estes mesmos lugar e pessoas constituam-se enquanto sujeitos relevantes na construção da identidade da capital.

A memória, como define Le Goff, está intrinsecamente relacionada à identidade individual ou coletiva¹² e, portanto, à existência simbólica de determinada experiência constituída ao longo do tempo. A definição e a preservação desta identidade, a partir deste seu elemento fundamental, a memória, são instrumentos de poder.

Ora, a ausência de registros sobre o Aglomerado nos órgãos públicos e nas instituições religiosas, pelo menos até as décadas de 70 e 80 revela muito da relação entre a favela e a cidade de Belo Horizonte.

10. Le Goff, J. *História e Memória*.

11. “Nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos (orais e audiovisuais) não escaparam à vigilância dos governantes, mesmo se podem controlar esta memória tão estritamente como os novos utensílios de produção desta memória, nomeadamente (a do) rádio e a (da televisão).” (Le Goff, J. *História e Memória*, p. 477)

12. *Idem*. Cf. p. 476

Uma relação na qual considero como eixos fundamentais o conceito de identidade constituída a partir da memória coletiva e o potencial de ação transformadora conformado por esta identidade. Neste aspecto, tomo a memória coletiva como tendo estatuto de representação¹³ e retomo a assertiva de Maria Helena Capelato e Eliana Dutra¹⁴ de que a representação é “adjetivada como um discurso performativo cujo ato de enunciação garante, pela autoridade de quem enuncia, a sobrevivência do que é enunciado”¹⁵. A identidade produzida a partir da memória coletiva pode tornar-se, portanto, um instrumento de poder. Desta maneira é possível perceber a ação do Grupo do Beco, dos articuladores da instalação da Paróquia Nossa Senhora do Morro e a elaboração do discurso das mulheres, expondo, a partir de suas vivências, a forma como percebem e relacionam-se com o Aglomerado Santa Lúcia, como formas de articulação da comunidade, mediante a omissão do poder público, como sujeitos da produção de sua própria memória coletiva e de sua identidade. O objetivo implícito ou não nestas ações é o reconhecimento do *poder de participação* daquela coletividade na vida da cidade, uma vez evidente a percepção do direito à cidadania.

O fato de que os poucos órgãos do poder público municipal que disponham de informações sobre o local as tenham produzido há relativo pouco tempo – a partir da década de 70, principalmente – é esclarecedor da pouca relevância dada pelo poder público à memória do Aglomerado Santa Lúcia, na constituição da identidade da cidade, bem como da dimensão da negligência, em relação às classes menos favorecidas, quanto à execução do referido direito de cidadania.

13. Para Le Goff, “Representação é a tradução mental de uma realidade exterior, percebida; liga-se ao processo de abstração. O imaginário faz parte de um campo de representação e, como expressão do pensamento, manifesta –se por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade” (Cf. *in* Pesavento, Sandra J. Em busca de uma outra história: Imaginando o Imaginário – p. 15)

14. Capelato, M. H. e Dutra, E. Representação Política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira.

15. *Idem*. Cf. p. 235.

Assim como é também esclarecedor da relação cidade-favela, o relato do Padre Danilo Mamede de Campos Rodrigues, registrado no Livro do Tombo da Paróquia local, que nos dá conta de que não havia interesse da Arquidiocese de Belo Horizonte, até meados da década de 1980, em criar ali uma Paróquia. A justificativa, neste caso, era a ausência de padres dispostos a assumir um trabalho religioso permanente numa região de favelas. A trajetória do esforço da criação da Paróquia Nossa Senhora do Morro é, de fato, marcada por uma forte pressão das comunidades, sob a orientação do Padre Danilo:

“De minha parte, fui apertando o Bispo e conscientizando da necessidade de se formar uma Paróquia.” (Livro do Tombo, p. 3)

A Paróquia Nossa Senhora do Morro, aliás, teve, desde o início, a conotação de elemento aglutinador das comunidades:

“(...) Tentar unir numa caminhada só, um só Pastor para todo o Morro, uma única caminhada de fé, já que a estrutura físico-sócio-econômica era uma só. Todos pobres, favelados, sem-terra, vindos do interior em busca de um lugar ao sol, numa cidade grande – e o que encontram? Terrenos baldios (Idem, p. 1).

A descrição feita pelo padre denota uma preocupação com a identidade local diante da cidade, pelo menos no que tange às instituições religiosas. Entretanto, ainda trata-se de uma iniciativa eminentemente externa, que obteve êxito com o apoio da comunidade, por meio das lideranças religiosas.

De fato, as poucas melhorias nas condições de vida, de que falam todas as entrevistadas¹⁶ foram conquistadas por meio da mobilização social perpetrada por movimentos, muitos dos quais fomentados pela Igreja Católica local, notadamente pelas experiências das Comunidades Eclesiais de Base, que em Belo Horizonte possuíam, na Barragem Santa Lúcia, nas décadas de 70 e 80, um de seus mais fortes núcleos.

O Aglomerado Sta. Lúcia possui hoje cerca de 35.000 habitantes e registra um dos mais baixos índices de qualidade de vida na cidade, de acordo com o IQVU – Índice de Qualidade de Vida Urbana¹⁷. Há muito já não é possível ignorar sua existência, que passa a incomodar à cidade como foco de criminalidade e violência. Mas, a despeito dos estereótipos da favela como “o lugar da criminalidade”, um bloco homogêneo, que encerra determinado tipo de pessoas, sujeitas todas elas a relacionar-se com o crime e a violência, de uma forma ou de outra, a despeito de tudo isto, podem ser observadas formas múltiplas de relação da comunidade com os problemas sociais que a afetam.

Os movimentos culturais e sociais, as alternativas pessoais de lidar com estes problemas conformam, a meu ver, uma outra identidade da favela. E, neste panorama, a iniciativa de instituir uma memória coletiva revela uma outra face daquela realidade, propondo algo que me parece uma inversão de valores no que diz respeito à relação em questão:

16. É muito presente nas histórias destas mulheres a referência à imagem clássica das mulheres moradoras de favela, a da “lata d’água na cabeça”.

17. O I.Q.V.U – Índice de Qualidade de Vida Urbana é um instrumento do poder municipal, criado em Belo Horizonte em 1995, que tem por objetivo possibilitar um melhor planejamento para a aplicação dos recursos, serviços e equipamentos públicos na cidade. Por meio do Índice as 9 regiões em que é dividido o município para efeitos de administração são mapeadas quanto à quantidade e qualidade dos serviços, bem como quanto às possibilidades de acesso destes pela população. Cf. na site da PBH: www.pbh.gov.br.

1º. –ser favelado deixa de ser sinônimo de não sujeito;

2º. – a favela reclama direito à participação na cidade, sem prejuízo de sua identidade.

Isto implica em ter sua história reconhecida e o acesso a direitos elementares.

Evoco, aqui, um dado recorrente nas falas das mulheres do Sta. Lúcia que expressa esta relação almejada: o desejo de poder ter uma casa “arrumada”, com conforto, espaço para criar filhos e/ou netos, num lugar isento de violência. Nenhuma destas mulheres, contudo, deixa explícito o desejo de mudar-se do morro para conseguir realizar este desejo.

O dado relevante desse processo local que observo como sendo o de constituição de uma identidade coletiva do Aglomerado Santa Lúcia configura-se no papel do discurso feminino, registrado nas entrevistas realizadas pelo Grupo do Beco e portador de elementos do imaginário que permitem analisar a relação destas mulheres com o meio em que vivem.

Se para Sandra Pesavento¹⁸, o imaginário “é sempre representação”, “não existe sem interpretação”¹⁹ e está sempre sob o suporte da linguagem, a investigação do *trabalho* por meio da memória oral das mulheres do Aglomerado Santa Lúcia constitui a via de acesso a um real¹⁰ que é configurado socialmente²¹ – a construção da identidade coletiva de uma comunidade de favelas – ; no qual, a participação feminina é imprescindível desde os aspectos mais concretos da realidade social (a relação das mulheres-mães-trabalhadoras com a participação dos filhos no tráfico de drogas, por exemplo),

18. Pesavento, Sandra J. Op. Cit.

19. *Idem*. Cf. p. 15

20. “Real”, tomado, aqui, como distinto de “verdade”, e que abarca as significações do pensar e do sentir para além do concreto.

21. Eliana Dutra aponta o aspecto coletivo de toda memória: A memória individual afirma-se dentro dos quadros de uma memória social que se orienta por marcos (classes sociais, profissão, etnia, gênero), que estabilizam e enquadram o acontecido e o vivido. “(Inventários do Cotidiano de um “famiglia”- histórias de vida e memória das cidades..., p. 43)

até aqueles que permeiam o campo do imaginário, propriamente, e que são patentes na escolha, pelos realizadores do projeto Mãos de Mulher, do olhar feminino como fundamento para a elaboração da memória da comunidade. Este real está representado, portanto, no discurso veiculado na memória oral.

Há que se destacar, insisto, que este real representado na memória é também imbuído de um potencial transformador e que falam Pesavento²², Capelato e Dutra. Para estas duas últimas, há uma *natureza compartilhada*²³ entre representação e poder, caracterizada pelo *efeito de presença* da representação, que possibilita tornar nova e imaginariamente presente algo ou alguém, e o *efeito de sujeito*, que institui, legitima e autoriza seu próprio sujeito de representação²⁴.

O poder transformador da representação, contudo, na experiência a que me refiro, é expresso no protagonismo da iniciativa dos moradores de produzir uma memória sobre si – o que se apresenta como um diferencial, uma vez que não é o Estado, ou outro organismo social quem determinam os parâmetros deste empreendimento, vislumbrando manipulá-lo, de alguma forma. Por outro lado, este *efeito de sujeito* da memória oral das mulheres do Aglomerado Santa Lúcia atua sobre o *efeito de presença* da mesma representação, alterando o “algo” que se pretende abordar e que já não pode ser tornado presente da forma como o foi. Trata-se, como mencionei ao apontar o processo conjunto de construção desta memória, de vivências selecionadas e resignificadas à luz do presente.

22. Cf. Pesavento, p. 17.

23. Capelato, M. H. e Dutra, E. R. Op. Cit.

24. *Idem*.

Portanto, a identidade coletiva que se constrói, a partir das experiências de vida das mulheres do Santa Lúcia é algo ancorado no passado, mas definido a partir, sobretudo, de necessidades do presente e é projetada para o futuro. Futuro em que se almeja maior interação da favela com a cidade, sem que isto signifique descaracterizar simbólica e culturalmente a primeira.

As mulheres

As entrevistadas com cujos depoimentos trabalho são 16 mulheres (01 entrevista com 02 irmãs), com idades variando entre 70 e 21 anos, todas negras²⁵, 05 casadas, 06 viúvas, 02 separadas, 02 amasiadas, 01 solteira; apenas 02 delas não têm filhos; apenas 03 moram na comunidade há menos de 20 anos; 03 moram há mais de 50 anos. As regiões de origem são: Teófilo Otoni, Malacacheta, Serro, Itabira, Ilhéus da Prata e Belo Horizonte – no Estado de Minas Gerais – e Espírito Santo²⁶.

As profissões destas mulheres diretamente associadas às condições de subemprego, sendo a mais preponderante a de doméstica, que parece oferecer maior estabilidade. Aparecem, ainda, 01 pastora de igreja evangélica, 03 comerciantes, 03 aposentadas, 01 desempregada. Não há mudança de profissão ao longo da vida, o que relaciono, principalmente com o nível de escolaridade destas mulheres (grande número de analfabetas ou semi-analfabetas)²⁷; 11 delas sustentam a família total ou parcialmente.

Quanto à religiosidade, 14 delas declaram-se católicas e 03 evangélicas, tendo sido uma destas últimas, membro da Guarda de Congado de Nossa Senhora do Rosário, ainda existente na comunidade. Estes dados são relevantes por que estão relacionados à forma que as mulheres cultivam para lidar com os diversos acontecimentos da vida, mais especialmente, com os problemas materiais e o cuidado com os filhos.

25. a)Este dado foi constatado ao longo da pesquisa, não tendo sido critério para a escolha das entrevistadas do Projeto Mãos de Mulher, segundo Nilton César da Silva.

b)Considerando a peculiar dificuldade no Brasil para se classificar as pessoas por cor/etnia, tom por negras as mulheres mestiças com traços negróides predominantes.

26. Cf. Quadro 1.

27. Cf. Quadro 2.

Quadro 1 – Identificação das Mulheres Entrevistadas

<i>Nome</i>	<i>Idade</i>	<i>Cor/Etnia</i>	<i>Situação Civil</i>	<i>No. de Filhos</i>	<i>Origem</i>	<i>Motivo de saída do lugar de origem</i>	<i>Tempo de moradia no Aglomerado Sta. Lúcia</i>
<i>Almira</i>	51 anos	Negra	Viúva	08	Teófilo Otoni-MG	Busca de vida melhor	35 anos
<i>Altair França Cristina</i>	70 anos aprox.	Negra	Casada	05	Espírito Santo	Saúde do marido	36 anos
<i>Dulcinéia Conrado</i>	28	Negra	Separada	03	Belo Horizonte-MG	-----	28 anos
<i>Emerenciana Alves</i>	61 anos	Negra	Casada	04	Carai-MG	Busca de emprego	17 anos
<i>Geralda Gonçalves</i>	70 anos aprox.	Negra	Viúva	10	Teófilo Otoni-MG	Falta de emprego	36 anos
<i>Maria Antônia</i>	70 anos aprox.	Negra	Viúva	08	Teófilo Otoni-MG	Trabalho	53 anos
<i>Maria da Paixão</i>	60 anos	Negra	Casada	09	Itabira -MG	Trabalho	53 anos
<i>Maria das Graças</i>	40 anos aprox.	Negra	Amasiada	06	Malacacheta-MG	(não declarou)	11 anos
<i>Mariza Reis</i>	21 anos	Negra	Casada	01	Teófilo Otoni-MG	Morte da mãe	10 anos aprox.
<i>Marta Melo</i>	51 anos	Negra	Amasiada	10	Belo Horizonte-MG	-----	51 anos
<i>Nadir</i>	65 anos aprox.	Negra	Solteira	00	Serro-MG	Trabalho	20 anos
<i>Nair Silva</i>	50 anos aprox.	Negra	Viúva	09	Ilhéus da Prata-MG	Morte da filha por falta de condições de saúde	27 anos
<i>Ordália</i>	60 anos aprox.	Negra	Viúva	04 não natur.	Serro-MG	Saúde/trabalho	25 anos
<i>Pastora Geralda Elizabeth</i>	35 anos	Negra	Separada	00	Malacacheta-MG	(não declarou)	19 anos
<i>Theodorica</i>	43 anos	Negra	Viúva	03	Belo Horizonte-MG	-----	37 anos
<i>Zenólia Marques</i>	39 anos	Negra	Casada	03	Serro-MG	Busca de vida melhor	22 anos

Quadro 2 – Trabalho

<i>Nome</i>	<i>Profissão</i>	<i>Escolaridade</i>	<i>Trabalha de forma remunerada fora de casa?</i>	<i>É responsável pelo sustento familiar?</i>	<i>Sonhos/ expectativas</i>
<i>Almira</i>	Comerciante	(n. declarada)	Sim	Sim	Ter uma casa com comércio – não quer mudar do Aglomerado.
<i>Altair França</i>	Dona de casa	(n. declarada)	Não	Não	(não declarado)
<i>Dulcinéia Conrado</i>	Cozinheira	(n. declarada)	Sim	Sim	Ter uma casa bonita.
<i>Emerenciana Alves</i>	Faxineira	4ª série prim.	Sim	Sim	(não declarado)
<i>Geralda Gonçalves</i>	Doméstica	Analfabeta	Não – aposentada	Sim	Ter “um canto”, com conforto mínimo.
<i>Maria Antônia</i>	Lavadeira	Analfabeta	Não – aposentada	Sim	Sente-se realizada.
<i>Maria da Paixão</i>	Comerciante	(n. declarada)	Sim	Sim	(não declarado)
<i>Maria das Graças</i>	Gari/Doméstica	Analfabeta	Não – desempregada	Sim	Casar e viver bem, ter uma casa e encaminhar profissionalmente os filhos.
<i>Mariza Reis</i>	Doméstica	Ens. Médio	Sim	Sim – parcialmente	Criar bem a filha, com condição melhor de vida.

<i>Marta Melo</i>	Doméstica	(n. declarada)	Sim	Sim – parcialmente	Ter casa arrumada, poder receber as pessoas, ver filhas bem casadas.
<i>Nadir</i>	Doméstica	(n. declarada)	Sim	Sim – parcialmente	(não declarado)
<i>Nair Silva</i>	Faxineira	(n. declarada)	Sim	Sim	Poder comprar um lote para criar netos com tranquilidade.
<i>Ordália</i>	Dona de casa	3ª série prim.	Não – aposentada	Sim	(não declarado)
<i>Pastora Geralda</i>	Pastora de Igreja	5ª série prim.	Sim	Sim	Construir a Igreja e ter um “lar”.
<i>Elizabeth</i>	Evangélica				
<i>Theodorica</i>	Doméstica	(n. declarada)	Sim	Sim	Ter uma casa arrumada.
<i>Zenólia Marques</i>	Doméstica/Comerciante	(n. declarada)	Não – doente	Sim – parcialmente	(não declarado)

Representações do trabalho nas histórias de vida de mulheres do Aglomerado Santa Lúcia

O trabalho aparece presente na vida de todas estas mulheres desde a infância, ocupando os tempos do lúdico e do aprendizado escolar; durante a juventude e a fase adulta perpassa quase a totalidade das experiências vividas, pois o sustento familiar continua sendo a constante justificadora da atividade laboral e, então, com uma intensidade maior, uma vez que estas mulheres passam a constituir família e, na maior parte dos casos, tornam-se as colaboradoras principais²⁸, se não única, dos recursos financeiros que manterão a família. É a partir daqui que passo a tratar das representações que as entrevistadas fazem deste elemento tão significativo em suas histórias de vida. Antes, porém, julgo pertinente delinear um pouco melhor a identidade destas mulheres.

As famílias das mulheres, em alguns casos, fogem ao padrão monogâmico, embora a maioria das entrevistadas vejam o casamento como virtude, condição de honra, sendo a maioria destas, constituída de casadas ou viúvas. Contudo, a existência, na favela, de mães solteiras, amasiadas, com filhos de pais distintos informa-nos muito sobre a vida afetiva destas mulheres e a relação desta dimensão afetiva com as condições sociais. Mais que isto, parece ser particularmente característico das mulheres negras esta “irregularidade”, nos relacionamentos que engendram a constituição de suas famílias. Este dado pode ser observado como mais incidente no caso das mulheres mais jovens, com idade entre 21 e 40 anos.

28. Cf. Quadro 2.

Para estas, mesmo quando a relação afetiva é selada por um casamento oficial, a falta de planejamento familiar, bem como a incidência de violência física, verbal e psicológica, são constantes da rotina. A criação dos filhos, em última instância, e a possibilidade de reprodução da trajetória de vida dos pais é a principal consequência, mais agravada pela ameaça do tráfico de drogas e do risco de vida eminente que o acompanha.

Chama a atenção o fato de que, nos relatos de pelo menos 05 das entrevistadas seja recorrente a narrativa de histórias de violência, rejeição e traição dos parceiros, alguns deles tendo abandonado a família. Em um dos casos, o ex-marido de uma entrevistada é envolvido com o tráfico de drogas como dependente e a abandonou juntamente com os filhos, depois de alguns anos de espancamento da mulher:

P.: Sofreu por quê?

R.: Violência física. Me batia demais... Demais mesmo. A única data (em) que ele não me batia foi só na gravidez – a única data que passava batido. (...) E a mulherada na rua, filho na rua... Por isso que eu falei que meu coração anda murcho.

(...)

P.: Por que ele batia em você?

R.: Não sei, eu nunca entendi (...); nem eu entendia o motivo.... O motivo?... Se eu lavasse a roupa dele e manchasse, era motivo; não podia falar nada, reclamar nada, que já era motivo. Eu, sinceramente, até hoje não sei.²⁹

29. Como forma de preservar a intimidade das mulheres entrevistadas, não explicitarei os nomes das depoentes como referências das citações dos relatos.

A entrevistada relata que apanhava do parceiro desde que eram ainda namorados. Casaram-se forçados pelo pai dela, por ocasião de uma gravidez não planejada.

Neste caso ainda, a relação de rejeição parece ser restrita à mulher:

R.: Era só briga mesmo. Mais de mal que de bem. Não tinha quase união nenhuma. Mas com os meninos ele sempre foi bom. Até hoje, com os meninos ele é bom.

Para esta mulher, mesmo machucada física e emocionalmente, persiste o desejo de uma relação saudável com o marido como sendo algo importante para os filhos.

P.: Você está bem?

R.: Estou tranqüila. Ah... Eu não ligo, não. A única coisa que me preocupa aí, que me deixa... assim... triste são os meus filhos. Acontece alguma coisa para eles, assim... eu fico triste. Fora isso, eu vivo no meu mundo mesmo... Bobagem!... às vezes eu costumo falar que eu não vivo, eu vegeto. Mentira, porque eu trabalho, eu tenho saúde. Falo isso por brincadeira(...).

Este depoimento pareceu-me muito intrigante, porque esta mulher inicia a entrevista falando de sua mágoa com os homens. Além disso, ela parece ser uma pessoa extremamente extrovertida; porém, quando nos dá a conhecer um pouco mais de sua vida, deixa explícitas algumas outras marcas que talvez incidam diretamente no seu sentimento de auto-estima:

(...) Na escola eu sofri muito preconceito porque toda a vida eu fui gordinha. Então, é isso também: se uma pessoa me faz um elogio eu xingo. Eu não gosto, não.

P.: Você não gosta de ser elogiada?

R.: Não. Dependendo da pessoa, não, prefiro até que me ignore.

P.: Está na sua cabeça que a pessoa está mentindo?

R.: Sim. Está mentindo.

O preconceito aparece, reproduzido na história de vida dela, por meio do preconceito racial sofrido por um de seus filhos:

(...) P.: Se você pudesse não trabalhar fora por quê?

R.: É. Se eu pudesse, né! Que meus meninos fica(m) na casa dos outros... põem apelidos, né... Igual: o (.....) fala que não gostaria de ser preto, que todo mundo estava chamando ele de macaco. Até a (.....), me falou assim que é pra eu ensinar ele que, quando alguém chamar ele de preto é pra responder que ele é um negro e que preto é cor. Eu gostei muito disso – nunca vou esquecer. Aí, esse negócio me magoa muito. Ficar chamando ele de macaco – eu não gosto!

Nos depoimentos analisados aparece, geralmente, uma preocupação explícita com os filhos. Trabalhar para sustentar a casa, muitas vezes suportando violência física, verbal e psicológica do marido ou companheiro, justifica-se pelo amor aos filhos:

P.: A Sra. sabia que estava grávida?

R.: Sabia, mas eu precisava trabalhar e, nisto ia pensando. Eu já era faxineira, ia sozinha trabalhar pra poder manter os filhos porque os pais deles nunca me deram nada. (...) Eu tinha que trabalhar e ele só na melhor, desde o princípio. (...) O outro filho que eu perdi foi por causa do pontapé que ele me deu aqui na barriga.”

O retrato que esta outra mulher faz de sua vida, leva-me a identificar aqui mais um daqueles 05 casos acima mencionados. Ela teve, durante a vida, 03 parceiros, com os quais concebeu os 10 filhos que sobreviveram; além destes sofreu 3 abortos. Durante todo o tempo vivido ela trabalhou – inclusive durante as gestações. O primeiro homem de sua vida a abandonou, ao ficar noivo de outra mulher; o segundo a agredia fisicamente e psicologicamente, enquanto ela constituía a única provedora do sustento familiar. Depois de alguns longos anos convivendo com este, conseguiu separar-se dele.

O alcoolismo e um período significativo de depressão marcaram sua vida, e o que é notável é que ela nunca parou de trabalhar, pensando nos filhos. Para estes é que ela projeta seus desejos de vida melhor – quer vê-los “encaminhados na vida”. Nenhum deles seguiu os estereótipos, negativos, em geral, do jovem favelado: ninguém deles envolveu-se com o tráfico de drogas, nenhuma das filhas engravidou precocemente; todos estudam e os mais velhos acumulam ao estudo o trabalho.

A fome, a violência doméstica, a depressão, o alcoolismo aliás, foram constantes na vida de muitas das entrevistadas, principalmente daquelas que estão, hoje, com idades

variando entre 28 e 61 anos. Mesmo assim, em função da responsabilidade de criação dos filhos, sempre trabalharam. O que significa dizer, mais uma vez, que o zelo pelos filhos aparece como prioridade e, muitas, vezes, como estímulo à resistência.

Para estas mulheres, vítimas mais prementes da violência, o trabalho sobressai em seus depoimentos como associado, para além de sua função de subsistência, a momento de “distração”, em relação à vida conturbada.

P.: Você se diverte?

R.: Só no meu serviço...

Ou:

P.: Então ele (o trabalho) não é um peso?

R.: De jeito nenhum. Pra mim o trabalho é alegria. (...)

Ou ainda:

R.: (trabalhar) é uma distração pra vida da gente. Ficar no serviço trabalhando você tá pensando só no serviço, não tá pensando nada, sem preocupação. Eu acho que o serviço me está bom, me distrai demais (...)

Em nenhum dos depoimentos o trabalho aparece como fardo, algo indesejado. Quando menos, é associado à independência financeira, o que não rebaixa seu valor. Esta ocorrência é mais patente nos relatos das mulheres casadas, essencialmente:

P.: O que você acha da mulher trabalhar fora de casa?

R.: Eu acho muito bom pra não depender de dinheiro de homem.

Ou:

P.: A Sra. acha importante a mulher trabalhar?

R.: E como é! Principalmente hoje – os homens que me perdoem, né! –, que geralmente são as mulheres eu trabalho mais. Principalmente nas (classes) mais pobres, as mulheres estão trabalhando bem mais (...)

Outra forma de representar o trabalho – esta, mais comum no discurso das mulheres acima de 60 anos – é a que o toma como elemento disciplinador, que deve estar ligado à educação das crianças e dos jovens. Aqui, a referência é direcionada à ameaça de se perder os filhos para o tráfico de drogas, dado bem específico da vida na favela. Neste caso, as entrevistadas remetem-se sempre à própria infância:

P.: E a Sra. gostava de trabalhar?

R.: Gostava. Gostava de trabalhar porque a gente, no sertão foi criada no cabo da enxada (...), então, a gente já nasceu trabalhando (...) Quando eu saía para trabalhar, eu já recomendava tudo, eu deixava tarefas para eles (os filhos): botava um para lavar roupa, o outro para varrer terreiro... Varrer

terreiro o dia inteirinho para não sobrar tempo, para não ir para a casa dos outros.

(...)

O menino, quando fica à toa aprende muita coisa errada. Talvez se essas mães de hoje soubessem criar filho como a gente criou e como a gente foi criada, não tinha tanto bandido!

(...)

Eu implorava para aqueles empreiteiros pra poder dar um biscate pros meus filhos, pra eles se ocuparem.

Para as mulheres mais idosas é comum a exigência do marido de que abdicem do trabalho fora de casa em favor da criação de filhos:

R.: Até que nessa época (década de 50), quase que mulher não trabalhava, né; que a mulher criava muito; não tinha, como hoje, creche; ficava mais por conta de criar filho.

Para algumas delas era natural esta exigência e, em geral, aceitavam, desde que o marido “não deixasse faltar-lhe nada”:

R.: (...) São as melhores qualidades de um homem que a gente deve guardar ele tinha: ele nunca me bateu, nem me deixou passar fome (...) Então, foi muito bom marido.

Contudo, dada a condição social ou a necessidade de independência financeira, em algum momento, elas passam a trabalhar e a sustentar total ou parcialmente a família.

Decodificando o discurso destas pessoas é possível entender o quão imbricada é a relação entre o vivido histórico e os sentidos que as mesmas conferem ao trabalho, ao transferirem para esta categoria “funções”, em princípio alheias à sua peculiaridade conceitual. Nesta capacidade de significação reside o caráter representativo destes sentidos.

Resta atentar para a forma como as representações do trabalho operam na vida destas mulheres, uma vez considerando a relação dos conceitos de representação e poder enunciada por Capelato e Dutra³⁰, que apontam as representações – aqui tomadas como “figurações da memória”³¹ como dotadas de potência para a ação, operada por meio dos *efeitos de presença e de sujeito*. Tome-se, ainda, como referência, o entendimento de Eduardo França Paiva de que o imaginário – abordado pelo autor de História e Imagens por meio de fontes imagéticas – *influencia, diretamente, nossos julgamentos; nossas formas de viver; de trabalhar; de morar; de nos vestirmos; de nos alimentarmos; de compararmos as coisas; de nos medicarmos; de expressarmos nossas crenças, sejam elas religiosas, políticas ou morais; de nos organizarmos em nosso cotidiano; de escolhermos nossas atividades e profissões; de construirmos nossas práticas culturais e de novamente representarmos o mundo em que vivemos em toda sua diversidade e complexidade.*³²

Vejamos:

Durante toda a vida, as mudanças de atividade profissional que porventura aconteceram para as mulheres entrevistadas não aparecem como alterações no status da profissão. O que equívale a dizer que a qualidade de vida na favela, embora um pouco mais estável devido à maior abundância de recursos da capital, continua a carecer de melhorias substanciais. O I. Q. V. U., não por acaso registra o Aglomerado Santa Lúcia, bem como as demais regiões de favela de Belo Horizonte, como unidades independentes, para efeito de operação de cálculos, em função da baixa qualidade de vida, que já impingiram ao Santa Lúcia, o título de “pior lugar para se viver na cidade”. Os serviços a que a favela tem acesso, quando tem, ainda são precários.

30. Cf. Capelato, M. H. e Dutra, E. R. op. cit.

31. Paiva, Eduardo França. História & Imagens (p. 14)

32. *Idem*. Cf. pp. 26/27.

A educação é um destes serviços prioritários, constituindo um dos principais elementos de formação profissional. No entanto, entre as mulheres entrevistadas, como já mencionei, a maioria é analfabeta. E dentre as mais jovens não se projeta um aumento significativo no grau de instrução a ponto de interferir na qualificação profissional: a maioria destas mulheres desempenhou e continua a desempenhar funções classificadas pelo Mapa da População Negra para o Mercado de Trabalho, como “empregos vulneráveis”, dentre os quais se inserem os ocupados por “*assalariados sem carteira assinada, autônomos que trabalham para o público, trabalhadores familiares não remunerados e domésticos*”³³.

Observa-se, além disso, a despeito das exceções, um processo de reprodução deste quadro das formas de trabalho junto às gerações mais jovens. Ou seja: as mulheres mais idosas têm, em geral, uma origem rural; ao virem para o centro urbano ocupam funções subalternas, as quais continuam configurando como forma de emprego para suas filhas e netas. Os últimos anos, entretanto, têm revelado que esta situação não está associada a uma possível falta de interesse da população local, em especial das mulheres, por almejar uma melhor qualificação profissional: tem aumentado o número de jovens que prestam vestibular, com sucesso, apesar da dificuldade de custear os estudos.

Por outro lado, há que se destacar a forte participação destas mulheres no mercado de trabalho – das entrevistadas cujos depoimentos são aqui analisados, apenas 01 não arca com a função de mantenedora do sustento da família. Isto corrobora os dados estatísticos divulgados por pesquisa do Dieese, apresentada em julho de 2001.

33. CHAGAS, Adélia. *Racismo atinge mais mulheres e crianças negras, diz pesquisa.*

Segundo esta pesquisa ³⁴, em 2000, 55% das mulheres negras estavam em atividade, sendo significativo, contudo, o percentual de 25% destas inseridas no coeficiente de população economicamente ativa sem emprego no mesmo ano .

De acordo com a pesquisadora Paula Montagner, do Seade – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, “*mesmo na comparação entre grupos comuns, mulheres e homens negros, elas mantêm desvantagem. Entre as negras com ensino médio completo o desemprego é de 21,6%, taxa compatível à de trabalhadores negros que só concluíram o ensino fundamental.*” Em 2000 as mulheres passaram a ser maioria entre desempregados – 52,4% do total. A população negra representando 31,6% da força de trabalho, ocupava o percentual de 39% dos desempregados. A condição de desigualdade, das mulheres negras em relação aos demais fica explícita nos seguintes números: homens não negros desempregados – 13,2%; mulheres não negras desempregadas – 18,9%; homens negros desempregados – 19%.

A situação do trabalho das mulheres do Santa Lúcia, neste caso, é similar à descrita pela pesquisa cujos dados, como acabamos de verificar, corroboram a afirmativa do próprio Boletim da Fundação Seade: “*Se o sexo discrimina, a situação fica ainda mais desfavorável quando associada à condição de ser negra*” ³⁵.

34. FROUFE, Célia.; BREDARIOLI, Cláudia. *Estudo mostra que mulher negra ganha menos*. In: O Estado de São Paulo – 30 de Agosto de 2001.

35. Idem.

As representações contidas no discurso destas mulheres associando o trabalho a elementos de “distração” – possibilidade de abstrair dos males da vida social específica –; de disciplina para a vida e prevenção contra o perigo da criminalidade, e mesmo a noção de trabalho como uma via para a conquista de certa noção de liberdade feminina – vinculada à independência financeira em relação ao homem, nenhuma destas imagens indica o trabalho como possibilidade de realização profissional. Contudo, o que observo é que, dadas as condições objetivas de existência com que deparam estas mulheres, estes sentidos novos que dão para este que, para muitos é uma das possibilidades de realização pessoal, passam a ter funções igualmente positivas, a partir das quais também se pode almejar e, em alguma medida, realizar uma vida diferente. Trabalhar continua sendo condição de dignidade, mesmo que não se tenha uma profissão. Mesmo assim, a fala de algumas das entrevistadas registra a projeção de um futuro profissional melhor para os filhos. Em outras palavras, estas representações parecem-me ser os instrumentos alternativos para lidar com as dificuldades que a vida na favela oferece. Ao mesmo tempo, há que se notar que são instrumentos forjados pelas vivências específicas destas mulheres, naquele ambiente.

Muito presente nas narrativas estudadas é a relação com o religioso, que as mulheres destacam como sendo o alicerce da sobrevivência, nos momentos muito constantes de perigo. A fé aparece relacionada ao trabalho como algo de onde vem a força para continuar trabalhando, mesmo quando a depressão, a violência, a rejeição e a falta de afeto incidem sobre a vida da mulher da favela:

P.: Como você pede (reza)?

R.: Ah, eu sento, sabe? (...) tem hora que eu tô aqui sozinha, sento e vou olhando e vou pedindo... vou pedindo com muita fé, sabe? (...) aí eu recebo.(...) eu tinha luz mas era de bico dos outros. Aí eu clamei (...): ó, minha Nossa Senhora Aparecida, ajuda que eu consiga compra meu padrão, pra eu ter minha luz, pra parar de tomar banho de copo; pra Ter meu chuveiro. Hoje, graças a Deus, o suor meu e as bênçãos dela (Nossa Sra. Aparecida), hoje eu estou com meu padrão na minha casa. Agora só falta... – aí, meu olho até enche d'água – só falta por meu chuveiro pra parar de tomar banho de caneca. Mas ela vai me dar força que eu vou Ter. ela vai, se Deus quiser. Ela vai me ajudar, me dar força que eu vou conseguir.

São a devoção e a fé que, para esta mulher, a ajudarão a realizar o sonho que, em princípio, depende apenas do dinheiro:

(...) sonho de ter minha casa arrumadinha ..., meu quarto separado, os meninos com o quarto deles, meu chão enceradinho – que eu sou doida pra encerar minha casa. Mas isso eu tenho fé, ela vai me dar força que eu vou ter.

O trabalho, às vezes cumpre a função de gerador de força – papel desempenhado, em geral, pela religiosidade –, talvez por ser apreendido como elemento ao mesmo tempo

moralizador e dignificante. É nele que se assegura aquela outra mulher, cuja experiência relatei acima, que mesmo grávida e/ou abandonada, deprimida e alcoolizada, não deixa de trabalhar. Afinal, ela tem filhos que precisam, pelo menos, comer e dependem dela. Talvez para ela, trabalhar, também representasse o espaço da abstração do sofrimento, momento em que se afastava daquele mundo tão conturbado de que participava sua vida e revigorava-se, evitando sucumbir.

Parece-me, finalmente, que o trabalho é o pilar de sustentação em vários aspectos da vida destas mulheres. Se na infância ele aparece, em função da necessidade de subsistência, substituindo o estudo e, muitas vezes o lúdico – a despeito das formas peculiares de diversão e lazer que as crianças *criadas na roça* constróem ou das tradições culturais que revigoram e das quais participam muitas das entrevistadas –; na juventude continua sendo presente, porque aquela menina pobre do interior agora precisa sustentar pais e irmãos com o dinheiro que ganhar trabalhando com doméstica no grande centro urbano.

Para esta, o casamento é extremamente desejado – parte do sonho de uma das entrevistadas, hoje já com, aproximadamente 40 anos de idade e com 06 filhos de pais diferentes é “*casar e viver bem*”. Também o casamento é o grande desejo de uma senhora de quase 70 anos. Casar foi a solução encontrada pelos pais de uma das entrevistadas, hoje com 28 anos de idade e 03 filhos, separada em função da violência do marido. Na época do casamento, ela estava com 16 anos de idade e havia engravidado. Em outros tantos casos, sair da casa dos pais pela via do casamento representa um ideal de libertação em relação a uma vida marcada pelos vários tipos de violência, pelas proibições, pela incidência de uma conduta machista, que sobrecarrega de tarefas e cobranças as filhas, em favor da liberdade

quase sempre incondicional dos filhos homens. Casar-se significa, sobretudo, a possibilidade de maior autonomia na direção da própria vida.

Contudo, para estas mulheres negras, o casamento nem sempre acontece. E quando acontece é quase sempre marcado pela carência de um planejamento familiar, ou é realizado, como no caso acima, de forma obrigatória – o que acaba redundando na reprodução do modelo familiar de que aquelas jovens fugiam. Mais que isto, estas mulheres passam a redimensionar, agora em função da nova família, sua função de provedora exclusiva, em muitos casos e momentos, do lar. Naturalmente falo de maneira genérica, mesmo ciente da singularidade de cada caso, mas pelo fato de que os modelos familiares constituídos na favela possuem formação muito semelhante à que descrevo.

É notável o caso daquela mesma mulher que era espancada pelo homem com quem vivia, estando grávida e trabalhando. Ela teve, na juventude, um relacionamento com um outro homem que a abandonou para casar-se com outra mulher, de quem ela não sabia. O mesmo homem que a espancava, pai de alguns de seus filhos, levava a amante para a casa desta entrevistada, enquanto ela trabalhava e tinha que levar comida para os dois. Hoje ela diz ter encontrado o parceiro ideal – mesmo que não tenham se casado –, com o qual tem um filho caçula e parece viver em paz. Ela parece ter adaptado seus ideais em relação à família às condições particulares de sua vida, e imprimido certo grau de qualidade nos relacionamentos afetivos, aos quais não vincula a subsistência, uma vez que ela trabalha e sempre trabalhou.

Outra entrevistada, cujo caso também mencionei anteriormente, possui 06 filhos de pais distintos – alguns destes, casados –; vive hoje com um homem e sonha “casar e viver bem” com ele. Ao ser perguntada sobre a razão de tanto “poder de sedução” ela responde, no que me parece, em princípio, uma clara evidência de baixa auto-estima:

Não é charme, nada! É pomba gira.

Para esta mulher, a vida a dois parece carecer ainda do reconhecimento oficial e religioso que lhe pode conferir o matrimônio. Este tem aqui, sobretudo, um valor social. Para ela, signifique, talvez, ter, reconhecido, seu valor, mesmo tendo vivido de forma muito livre – o que para muitos significa ter vivido de forma promíscua, irregular. Mas o casamento, neste caso específico, pode ter outro significado também vinculado à necessidade de inserção numa conduta “regular” de vida social. A entrevistada, além de “casar e viver bem”, quer ter uma casa minimamente confortável, se possível numa cidade pequena, onde possam ter um comércio e encaminhar os filhos dela profissionalmente. Note-se não há indícios de que ela cogita depender financeiramente do marido. Contudo, atualmente ela está desempregada, é amparada por uma instituição de caridade. Os pais dos filhos dela não oferecem nenhum recurso para o custeio da criação dos mesmos. Significa dizer que, novamente, é o trabalho que possibilita, mesmo que precário a superação da realidade objetiva.

É ele a alternativa de subsistência física, emocional e social das mulheres da periferia, sendo elas crianças, jovens ou adultas com sonhos e expectativas frustradas e/ ou renovadas; estando elas casadas, solteiras, viúvas ou amasiadas. Apesar das condições precárias desse trabalho – o risco do desemprego, o baixo salário, a limitação do tempo disponível para a criação dos filhos, dentre outros –, ele constitui a ferramenta por meio da qual é moldada a vida destas mulheres. Os valores morais e religiosos, as atitudes, a criatividade para driblar as dores, a exposição dos filhos à criminalidade, as eventuais perdas creditadas à precariedade da saúde e das condições físicas do lugar, o desafeto e a

necessidade de criar uma vida diferente pra si e para os filhos, tudo isso é engendrado e/ ou permeado pela relação específica destas mulheres com o trabalho.

Agora, apresenta-se mais explícita a escolha que fizeram os jovens artistas do Grupo do Beco, no desafio de delinear uma memória coletiva moldada a partir do feminino. É que este elemento do ser do Aglomerado Santa Lúcia – as vidas das mulheres ali forjadas em grande medida – constitui a matéria essencial do mesmo. Os valores culturais, a vida religiosa aí incluída, as lutas sociais, as experiências de famílias tão específicas e distintas de um modelo ideal – mesmo que este continue sendo perseguido –, a relação com o trabalho, objeto que possibilita a continuidade e renovação da vida, as vivências das contradições do racismo e da discriminação racial, a relação com a morte e com a violência, as formas de sociabilidade internas à comunidade e a relação com o outro, a cidade; tudo isto torna-se muito precioso quando lido com sensibilidade, por meio da riqueza das vivências das mulheres moradoras da favela .

Conclusão: apontamentos

O estudo das representações do trabalho feminino a partir das vivências das mulheres do Santa Lúcia constitui uma via de acesso ao conhecimento da história daquele lugar, além de apontar alguns elementos da relação da favela com a cidade. Há um problema, bem delineado: um distanciamento efetivo, no âmbito das relações de cidadania, entre um espaço e outro, configurado por um panorama de desigualdades sociais que impedem a participação plena dos moradores da favela no direito à cidade. A identidade local constituída a partir da memória coletiva desponta como um instrumento eficaz para a instituição de relações novas entre os dois espaços.

A estreita relação destas mulheres com o trabalho, verificada na pesquisa, e a associação da imagem da mulher com a memória da comunidade do Aglomerado Santa Lúcia pelos produtores desta memória, parece sugerir algo inovador: a eleição de um rosto feminino, muito específico, que serve de imagem para uma identidade local portadora de importante potencial transformador do olhar da sociedade sobre a favela e desta sobre si.

Este rosto apresenta nuances de uma imagem feminina que parece não ter-se alterado muito, ao longo do tempo: a mulher pobre inserida numa realidade de favela em Belo Horizonte guarda muito de sua cultura interiorana e, surpreendentemente, apresenta alguns traços característicos das mulheres pobres do Rio de Janeiro, sobre as quais escreve Rachel Soihet³⁶, abordando o tema no período entre 1890 a 1920.

36. Soihet, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano.

O rosto feminino do Santa Lúcia é predominantemente negro. E isto sugere-me uma reflexão à qual não é possível ignorar, mas que exige alguns cuidados se o que se pretende é tratá-la de forma coerente. O que estou pautando aqui, a partir da pesquisa, é a incidência do racismo e da discriminação racial sobre a vida das mulheres pobres moradoras de favela. Em que medida é afetada pelo racismo a condição social em que estas mulheres estão inseridas? De que forma as representações sobre o trabalho e outros aspectos de suas vidas são construídas sob o prisma deste *problema*? Quais as conseqüências para as relações de cidadania – vetor da necessidade de definição de uma identidade da favela – este tema impõe?

A meu ver, a abordagem deste tema, suscitado a partir do estudo das histórias de vida dessas mulheres, mas que também é apontado há pelo menos 30 anos pelos movimentos negros brasileiros e por pesquisas recentes de organismos ou instituições como o Dieese³⁷, o Movimento Nacional de Direitos Humanos³⁸ e o INSPIR³⁹ é extremamente pertinente para a sociedade, uma vez que o mesmo desponta, na história do Brasil como aspecto elementar inserido na problemática da definição de uma identidade nacional.

Ademais, embora tenham sido apontados, neste trabalho, algumas relações entre racismo e discriminação racial e relações de trabalho, no caso das mulheres negras do Santa Lúcia, o assunto precisa ser estudado de forma mais aprofundada, o que, em função da delimitação do tema do presente trabalho, não é possível fazer aqui.

37. Cf. Froufe, Célia. e Bredarioli, Cláudia. Op. Cit.

38. Cf. Movimento Nacional de Direitos Humanos. *A cor do medo*.

39. Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial. Cf. Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho.

Fontes e Bibliografia

Fontes:

1. Entrevista com Sra. Almira - Janeiro de 2002
Entrevistador: Bruno da Silva e Nilton César da Silva
Projeto Mãos de Mulher - Grupo do Beco
2. Entrevista com Sra. Altair França Cristina - Janeiro de 2002
Entrevistador: Nilton César da Silva
Projeto Mãos de Mulher - Grupo do Beco
3. Entrevista com Dulcinéia Conrado - Janeiro de 2002
Entrevistador: Nilton César da Silva
Projeto Mãos de Mulher - Grupo do Beco
4. Entrevista com Sra. Emerenciana Alves Rodrigues - Janeiro de 2002
Entrevistador: Marcelo Braga e Nilton César da Silva
Projeto Mãos de Mulher - Grupo do Beco
5. Entrevista com Pastora Geralda Elizabete Moreira Quintiliano - Fevereiro de 2002
Entrevistadores: Marcia Maria da Cruz e Nilton César da Silva
Projeto Mãos de Mulher - Grupo do Beco
6. Entrevista com Sra. Geralda Gonçalves - Janeiro de 2002
Entrevistador: Nilton César da Silva
Projeto Mãos de Mulher - Grupo do Beco
7. Entrevista com Sra. Maria Antônia - Fevereiro de 2002
Entrevistadora: Suzana Cruz da Silva
Projeto Mãos de Mulher - Grupo do Beco
8. Entrevista com Sra. Maria das Graças - Janeiro de 2002
Entrevistador: Marcia Maria da Cruz
Projeto Mãos de Mulher - Grupo do Beco
9. Entrevista com Sra. Maria da Paixão Santos Maria - Janeiro de 2002
Entrevistadores: Nilton César da Silva e Bruno da Silva
Projeto Mãos de Mulher - Grupo do Beco
10. Entrevista com Mariza Reis dos Santos - Fevereiro de 2002
Entrevistador: Nilton César da Silva
Projeto Mãos de Mulher - Grupo do Beco
11. Entrevista com Sra. Marta Melo Silva - Fevereiro de 2002
Entrevistadores: Nilton César da Silva e Bruno da Silva
Projeto Mãos de Mulher - Grupo do Beco

12. Entrevista com Sra. Nadir - Janeiro de 2002
Entrevistadores: Bruno da Silva e Nilton César da Silva
Projeto Mãos de Mulher - Grupo do Beco
13. Entrevista com Sra. Nair Silva - Fevereiro de 2002
Entrevistadores: Nilton César da Silva e Suzana Cruz da Silva
Projeto Mãos de Mulher - Grupo do Beco
14. Entrevista com Sra. Ordália - Janeiro de 2002
Entrevistadores: Bruno da Silva e Nilton César da Silva
Projeto Mãos de Mulher - Grupo do Beco
15. Entrevista com Sra. Theodorica - Janeiro de 2002
Entrevistador: Nilton César da Silva
Projeto Mãos de Mulher - Grupo do Beco
16. Entrevista com Sra. Zenólia Marques - Fevereiro de 2002
Entrevistador: Nilton César da Silva
Projeto Mãos de Mulher - Grupo do Beco
17. Livro do Tombo da Paróquia Nossa Senhora do Morro – 1987
18. Entrevista com Nilton César da Silva – Outubro de 2002
Entrevistadora: Josemeire Alves Pereira
19. Entrevista com Sra. Santa da Silva Ferreira – Agosto de 1998
Entrevistadora: Josemeire Alves Pereira
20. CHAGAS, Adélia. *Racismo atinge mais mulheres e crianças negras, diz pesquisa*. E-mail: slorenso@bol.com.br 04 de Dezembro de 2002, 17:26:24 – 0200.
21. FROUFE, Célia. e BREDARIOLI, Cláudia. *Estudo mostra que mulher negra ganha menos*. In: O Estado de São Paulo – 30 de Agosto de 2001. www.palmareis.gov.br/clippingeletronico/Agosto/265-agosto.30-08-01.htm.
22. I.Q.V.U/BH – Índice de Qualidade de Vida Urbana de Belo Horizonte. www.pbh.gov.br.
23. Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho – Regiões Metropolitanas de São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre e Distrito Federal – Outubro de 1999 - INSPIR – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial / Centro de Solidariedade AFL – CIO / DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.

Bibliografia consultada:

BOUTRY, Philippe. Certezas e descaminhos da razão histórica. In: BOUTIER, J. e JULIA, Dominique. *Passados recompostos – campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editoras UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, P. (Org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Edusp, 1992 [Tradução de Magda Lopes].

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena. Cultura do povo e autoritarismo das elites. In: *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1981. (1a. Edição)

FALCON, Francisco Calazans. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Representações: contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas/SP: Papirus, 2000. (Coleção "Textos do Tempo").

HILL, Bridget. *Mulheres, trabalho e o senso*. In: VARIA HISTÓRIA – Conferências na UFMG, no. 14 – Setembro de 1995, Depto. De História/Fafich-UFMG.

HILL, Bridget. *Algumas considerações sobre as empregadas domésticas na Inglaterra no século XVIII e no terceiro mundo de hoje*. In: VARIA HISTÓRIA – Conferências na UFMG, no. 14 – Setembro de 1995, Depto. De História/Fafich-UFMG.

HOBSBAWM, Eric. J. Homem e mulher: imagens da esquerda. In: *Mundos do trabalho: novos estudos sobre História Operária*. São Paulo: Paz e Terra, 1988 (2a. Edição).

HUYSEN, Andreas. Passados Presentes: mídia, política, anamnésia. In: *Seduzidos pela memória – arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

PERROT, Michelle. As mulheres, o poder e a história. In: *Os excluídos da história – operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo / 1970-1980*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SILVA, Maria A. Morais. *Fiandeiras, Tecelãs, Oleiras... redesenhando as grotas e veredas*. In: *Cultura e Trabalho*. São Paulo: Projeto História, 1998.

VIEIRA, Maria Pilar. Et alii. *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática, 1998 (4a. Edição).

Referências bibliográficas:

CAPELATO, Maria Helena R. e DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação Política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (Orgs.). *Representações: contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas/SP: Papyrus, 2000. (Coleção "Textos do Tempo").

DEBRET, Guita. *Problemas relativos ao uso de história oral*.

FARIA, Maria Auxiliadora. *Belo Horizonte: espaço urbano e dominação política (uma abordagem histórica)*. In: Revista do Departamento de História da UFMG. Belo Horizonte, Novembro de 1985.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PAIVA, Eduardo França. *História e Imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Em busca de uma outra história: Imaginando o Imaginário*. In: Revista Brasileira de História – Representações. São Paulo: ANPUH/Contexto, vol. 15, no. 29, 1995.

RAGO, Margaret. Trabalho feminino e sexualidade: a mãe cívica e o fortalecimento da raça. In: DEL PRIORI, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORI, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.